

Ementa: Dispõe sobre o estudo das Perícias Forenses, abordando-se conceitos, limites, indicações e áreas de atuação.

Créditos/Carga Horária: 4/60h

Referências: Bolsanello, E. O crime na atualidade brasileira. Revista Jurídica 2. Camargo Júnior, B. S. de. (1997) Aulas de Medicina Legal. 5ª ed. Goiás: Editora da UFGO. 3. Croce, D. (1996) Manual de Medicina Legal. 3ª ed. São Paulo: Saraiva. 4. Panasco, W. L. (1976) Medicina Legal. Rio de Janeiro: Eldorado Juca. 5. Vasconcelos, G. (1976) Lições de Medicina Legal . 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 6. França, G. V. de. (1998) Medicina Legal, 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 7. Fávero, F. (1998) Medicina Legal. 12ª ed. Belo Horizonte: Vila Rica, 1991. Consulex. Brasília: Ed. Consulex, Junho. 8. Santos, E. E. (1983) 1000 perguntas de Medicina Legal. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1983. 9. Singer, P. (1993) Ética Prática. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 399p 10. DA SILVA, Sergio FS Monteiro; CALVO, José Boullosa. Potencial de análise e interpretação das deposições mortuárias em arqueologia: perspectivas forenses. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 17, p. 469-491, 2015. 11. SOUSA, Janaína Mendes; Queiroz, Paulo Roberto Martins. Coleta e preservação de vestígios biológicos para análises criminais por DNA. Ensaios e Ciência: C. Biológicas, Agrárias e da Saúde, v. 16, n. 3, 2015. 12. Da Silva Alves, Bruna et al. Prova Pericial: mudanças do CPC 2015 visando à celeridade do processo. Revista Farociência, v. 2, n. 2, p. 61-64, 2016. 13. De Menezes, Paula Oliveira Bezerra. O Papel dos Operadores do Direito na Produção da Prova Pericial Visando à Obtenção da Verdade. Revista Eletrônica de Direito Processual, v. 8, n. 8, 2016. 14. Bonamigo, Luana; Fortes, Cristina Lazzarotto; Ferrari, Magaly. O Elemento Probatório da Perícia Médica nas Ações Previdenciárias. (Re) Pensando Direito, v. 5, n. 10, 2016. 15. Oliveira, Miguel Luiz Barros Barreto De; Araujo, Marcella Souza. Princípio da Oralidade: Relevância e Aplicação no Processo Civil Brasileiro. Juris Poiesis, v. 18, n. 18, p. 226-241, 2016. 16. Rodrigues, Anderson Rocha; Bernacchi, Paulo Eduardo Elias; Wieselthaler, Simone Caldara Motta. A Valoração das Escutas Telefônicas como Meio de Obtenção de Prova. Uma Relação Entre Direitos Fundamentais. Temiminós Revista Científica, v. 6, n. 1, p. 43-54, 2016. 17. Macedo, Elaine Harzheim. Tutela provisória no processo coletivo: um diálogo entre o novo código de processo e a lei da ação civil pública. Revista Opinião Jurídica (Fortaleza), v. 13, n. 17, p. 157-183, 2016. 19. Moran, Terence. Legal Competence in Environmental Health. Taylor & Francis Ltd (Livros Digitais). Routledge; 1 edition (8 Feb. 2007).

Referências: CARVALHO JÚNIOR, Osmar Abílio de et al. O potencial de dados de sensoriamento remoto na fiscalização de obras públicas. *Revista do TCU*, Brasília, DF, ano 48, n. 137, p. 80-95, set./dez. 2016. DAVENPORT, G. Clark. *Remote Sensing Technology in Forensic Investigations*. CRC Press, 2018. DAVENPORT, G. Clark. *Remote Sensing Applications in Forensic Investigations*. *Historical Archaeology*, v. 35, n. 1, p. 87-100, Springer, 2001. PARADELLA, Waldir Renato; MURA, José Claudio; GAMA, Fabio Furlan. *Monitoramento DInSAR para mineração e geotecnia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2021. RANGEL, Sílvio Cruz. *Drones: A tecnologia disruptiva das aeronaves remotamente pilotadas*. São Paulo: Chiado, 2021. SAUSEN, Tania Maria; LACRUZ, María Silvia Pardi. *Sensoriamento remoto para desastres*. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.